



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Nos termos da Demanda de Contratação que originou o presente processo de contratação, o rastreamento de veículos oficiais é uma prática essencial para a gestão eficiente e transparente da frota pública.

1.2. Ele proporciona benefícios que impactam diretamente a administração e a prestação de serviços públicos. Diante disso, solicito a contratação de serviços via dispositivo de geolocalização, como o GPS, a ser instalado nos veículos oficiais.

1.3. Neste sentido, identifica-se como necessidade a implementação de mecanismos que assegurem uma gestão eficiente, transparente e segura da frota de veículos oficiais desta Casa Legislativa.

1.4. Tal medida contribui significativamente para a proteção do patrimônio público, bem como para a segurança dos usuários, ao permitir o controle em tempo real das operações, a identificação de condutores e a rastreabilidade das rotas realizadas.

2. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A presente contratação tem previsão para o ano de 2025 no plano de contratações anual.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Subcontratação

3.1.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

3.2. Sustentabilidade

3.2.1. Os equipamentos a serem utilizados (dispositivos de rastreamento) deverão possuir homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), assegurando o atendimento aos requisitos de segurança, eficiência energética e adequação às faixas de frequência autorizadas.

3.2.2. O fornecedor será responsável pela logística reversa e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos utilizados, especialmente das baterias e componentes eletrônicos.

3.2.3. O sistema deverá possibilitar a geração de relatórios de desempenho e uso da frota, permitindo a racionalização do uso dos veículos e a consequente economia com manutenções, combustíveis e desgaste de peças.

3.2.4. O módulo de controle de manutenção veicular deverá emitir alertas preventivos de revisões programadas e vencidas, colaborando para a durabilidade dos ativos públicos e evitando descartes desnecessários.

3.3. Indicação de marcas/modelos

3.3.1. Não se aplica.

3.4. Garantia da proposta



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.4.1. Não se aplica.

3.5. Garantia da contratação

3.5.1. Não se aplica.

3.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

3.6.1. Os equipamentos de rastreamento e monitoramento veicular deverão ser fornecidos em regime de comodato, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a sua instalação, substituição, manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional à Administração.

3.6.2. Todos os dispositivos fornecidos deverão possuir garantia integral de funcionamento durante toda a vigência contratual, abrangendo falhas de hardware e software, problemas de comunicação, desgaste de peças e atualizações de software, quando necessárias.

3.6.3. A contratada deverá manter estrutura técnica apta a prestar atendimento e suporte técnico ininterrupto (24 horas, 7 dias por semana), por meio de canal de atendimento direto (telefone, e-mail ou plataforma online), inclusive para acionamento de assistência em campo.

3.6.4. A manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis após a comunicação formal da falha pelo contratante, com substituição imediata do equipamento, se necessário.

3.6.5. A manutenção preventiva, quando aplicável, deverá ser realizada pela contratada conforme cronograma técnico ou sempre que identificada a necessidade, sem interrupção dos serviços prestados.

3.6.6. Em casos de remoção para conserto, a contratada deverá disponibilizar equipamento substituto em até 24 horas úteis, garantindo a continuidade do monitoramento do veículo sem prejuízo das atividades da Administração.

3.6.7. Os custos com transporte, mão de obra, peças de reposição, substituição de equipamentos e qualquer outro serviço técnico relativo aos dispositivos de rastreamento são de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer repasse de despesa à Administração contratante.

3.6.8. A contratada deverá emitir relatório técnico a cada intervenção realizada, contendo identificação do equipamento, número do veículo, descrição do problema, data da solicitação, data da execução do serviço e solução adotada.

3.7. Exigência de amostra/prova de conceito

3.7.1. Não se aplica.

3.8. Exigência de carta de solidariedade

3.8.1. Não se aplica

3.9. Vedação de contratação de marca ou produto

3.9.1. Não se aplica.

3.10. Conformidade com normas específicas

3.10.1. Os serviços contratados deverão observar integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, em especial:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.10.1.1. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), especialmente no que se refere à identificação de condutores, controle de velocidade e segurança viária.

3.10.1.2. Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, em relação à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos e descarte ambientalmente adequado.

3.10.1.3. Resolução ANATEL nº 715/2019 (e suas sucessoras), que regulamenta a certificação e homologação de equipamentos de telecomunicações.

3.10.1.4. Resolução ANATEL nº 671/2016, que trata do uso do espectro de radiofrequências para comunicação via GPRS/GSM.

3.10.1.5. Resolução ANATEL nº 454/2006, que disciplina as condições de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 1900 MHz e 2100 MHz.

3.10.2. Os equipamentos fornecidos deverão estar homologados pela ANATEL, com comprovação mediante apresentação de certificado de homologação válido no momento da habilitação ou da contratação.

3.10.3. Quaisquer atualizações, revogações ou substituições das normas citadas deverão ser automaticamente observadas pela contratada, durante toda a vigência contratual.

3.11. Vistoria técnica

3.11.1. Não se aplica.

3.12. Sistema de Registro de Preços

3.12.1. Não se aplica.

3.12.2. Embora a contratação envolva a previsão de quantidades estimadas, a presente solução configura-se como serviço contínuo de natureza essencial, cuja execução requer início imediato e regularidade na prestação.

3.12.3. Nesse contexto, o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se incompatível, uma vez que tal sistema se destina a contratações futuras e eventuais, conforme demanda, não sendo adequado para serviços que demandam vinculação contratual direta, execução contínua e monitoramento permanente, como é o caso dos serviços de rastreamento e monitoramento veicular.

3.13. Licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte

3.13.1. Sim.

3.14. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

3.14.1. Não se aplica.

3.15. Margem de Preferência

3.15.1. Não se aplica.

3.16. Requisitos gerais

3.16.1. Estarão incluídos nos serviços todas as configurações, treinamentos necessários, suporte e administração, softwares adequados ao funcionamento e gerenciamento dos serviços contratados, todos os equipamentos necessários para o fornecimento e funcionamento dos serviços, os quais serão fornecidos em comodato, sem custo adicional.





3.16.2. O rastreamento e monitoramento serão feitos por intermédio da tecnologia GPS (Global Positioning System), combinado com a transmissão de pacote de dados via GPRS (General Packet Radio Service) por meio a rede de cobertura celular GSM (Global System for Mobile).

3.16.3. O módulo deverá:

3.16.3.1. Receber informações de posicionamento do satélite (latitude e longitude) e os enviar ao “Data Center”, através do canal de dados GPRS, disponibilizando para a CONTRATANTE a localização precisa do veículo, com uma margem de erro máxima de 5(cinco) metros.

3.16.3.2. Possuir tecnologia de comunicação via GSM/GPRS.

3.16.3.3. Possuir tecnologia de localização via GPS.

3.16.3.4. Detectar falha na bateria.

3.16.3.5. Possuir proteção de sobre carga na bateria.

3.16.3.6. Ser homologado pela ANATEL.

3.16.3.7. Ser capaz de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como:

3.16.3.7.1. Transmitir à central de controle a situação atual do veículo.

3.16.3.7.2. Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento.

3.16.3.7.3. Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.

3.16.3.8. Possuir dispositivo para transferência de dados em tempo real de comunicação sem fio (GPRS/3G e 4G ou 5G).

3.16.4. Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria.

3.16.5. Além de disponibilizar e instalar os equipamentos embarcados, a contratada também deverá disponibilizar gratuitamente via web (internet), em Web site seguro (https), acesso ao software de monitoramento e rastreamento que atenda a todos os requisitos técnicos e operacionais.

3.16.6. O software deverá permitir o controle, o gerenciamento, o monitoramento e o rastreamento da frota da CONTRATANTE, por meio da combinação da tecnologia de transmissão de dados GSM/GPRS e localização GPS.

3.16.7. Permitir consultas e emissão de relatórios baseados nos dados disponíveis no banco de dados.

3.16.8. Permitir a emissão visualização na tela e impressão de, pelo menos, os seguintes relatórios gerenciais, por período, veículo ou combinação:

3.16.8.1. Tempo de motor ligado X tempo de motor desligado.

3.16.8.2. Tempo de motor ligado X veículo parado.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

- 3.16.8.3.** Velocidade média.
 - 3.16.8.4.** Velocidade máxima realizada.
 - 3.16.8.5.** Quilometragem percorrida.
 - 3.16.8.6.** Quilometragem das rotas.
 - 3.16.8.7.** Histórico de localização do veículo.
 - 3.16.8.8.** Pontos de referência e ou interesse programados.
- 3.16.9.** Possibilitar a customização da formatação das consultas e relatórios caso a apresentação dos dados sejam considerados insatisfatório pela CONTRATANTE.
- 3.16.10.** Acompanhar e fiscalizar as rotas realizadas pela frota de veículos da CONTRATANTE, exibindo o trajeto realizado com alto nível e detalhamento (data, hora, endereço, velocidade, cidade, UF), dando condições à CONTRATANTE para planejar as ações que envolvem os veículos monitorados e rastreados.
- 3.16.11.** Demonstrar a quilometragem realizada pela frota da CONTRATANTE, utilizando-se da tecnologia de aferição real (telemetria), apresentando a distância percorrida pelo veículo em um período pré-definido.
- 3.16.12.** Demonstrar a velocidade média realizada pela frota da CONTRATANTE, apresentado a velocidade média praticada pelo veículo durante o trajeto.
- 3.16.13.** Possibilitar a localização da frota da CONTRATANTE por meio do mapa digital georreferenciado, com margem de erro máxima de 5 (cinco) metros, possibilitando acionamento da central de monitoramento e rastreamento para tomada de atitudes, visando salvaguardar o patrimônio, membros e servidores transportados.
- 3.16.14.** Possibilitar o controle de velocidade da frota da CONTRATANTE em vias urbanas, estaduais e federais, permitindo o envio de alertas automáticos dos excessos de velocidade praticados no veículo, no exato momento que a velocidade limite estipulada for ultrapassada.
- 3.16.14.1.** O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail ou alerta por aplicativo.
- 3.16.15.** Demonstrar a atividade da frota da CONTRATANTE, se o veículo está ligado ou desligado, em movimento ou parado.
- 3.16.16.** Consultas nos mapas utilizados pela ferramenta, facilitando a localização de itens no mapa, como bairros, ruas, etc.
- 3.16.17.** Medição de distância entre dois pontos.
- 3.16.18.** Visualização no mapa digital em tempo real dos veículos monitorados, atualização automática da posição dos mesmos no mapa, visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa, visualização do histórico do trajeto feito pelo veículo e visualização do estado da última leitura (GPS válido, GPS inválido ou gravado).
- 3.16.19.** Oferecer o serviço de limite geográfico virtual (áreas onde o veículo não pode entrar ou sair), denominado “cerca eletrônica”, por meio do mapa digital georreferenciado, capaz de enviar alertas automáticos no exato momento que o veículo monitorado e rastreado ultrapassar o perímetro previamente estabelecido.
- 3.16.19.1.** O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail ou alerta por aplicativo.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.16.20. Permitir a suspensão do serviço de monitoramento e rastreamento para veículos fora de operação ou eventualmente sinistrados, até o pleno restabelecimento das condições de circulação do veículo.

3.16.21. Os serviços contratados devem estar disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, contendo no mínimo os seguintes serviços:

3.16.21.1. Monitoramento da frota 24 horas: localização em tempo real; visualização dos veículos no mapa com atualização do veículo parado e em movimento; histórico de posições; bloqueio remoto (roubo/furto); alerta de velocidade; função âncora; ponto de controle; roteirização; equipe de pronto atendimento.

3.16.21.2. Controle de abastecimento: controle total de abastecimento dos veículos; relatório de consumo diário conforme valor do combustível, por km rodado, por tipo de combustível e custo total m combustíveis.

3.16.21.3. Controle de manutenção: gestão de manutenções preventivas e corretivas; alerta de manutenções vencidas ou a vencer; relatório de manutenção por veículo.

3.16.21.4. Identificador de motoristas: identificação do condutor do veículo; auxílio na identificação do infrator em multas; bloqueio do veículo no caso de motorista não autorizado.

3.16.21.5. Guincho 24 horas: em caso de pane elétrica mecânica ou colisão.

3.16.22. A Contratada deverá manter Central de Atendimento para registro, acompanhamento, resolução de incidentes, solução e problemas e esclarecimentos de dúvidas.

3.16.23. Os dados apurados pelo sistema de monitoramento e rastreamento serão armazenados em Data Center.

3.16.24. As informações coletadas no banco de dados deverão ser armazenadas contendo todos os dados referentes ao rastreamento e monitoramento de cada veículo da frota.

3.16.25. As informações coletadas no banco de dados, contendo todos os dados referentes ao rastreamento e monitoramento de cada veículo da frota, deverão ser gravadas em mídia e entregue ao gestor do contrato sempre que solicitado.

3.16.26. O sistema deverá ter cobertura nacional.

3.17. Requisitos de habilitação

3.17.1. Habilitação jurídica

3.17.1.1. A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

3.17.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

3.17.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3.17.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.17.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.17.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.17.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.17.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.17.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.17.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

3.17.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

3.17.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.17.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.17.2.1. A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

3.17.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

3.17.2.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

3.17.2.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.17.2.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.17.2.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.17.2.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.17.2.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.17.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.17.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.17.3. Qualificação técnica

3.17.3.1. A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

3.17.3.2. Essa exigência tem o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de risco, especialmente aqueles relacionados a falhas na execução do objeto que possam comprometer o desempenho e a funcionalidade dos sistemas e dos serviços.

3.17.3.3. Dessa forma, a comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada assegura que a empresa possui experiência comprovada, garantindo que os serviços sejam prestados de maneira segura, eficiente e em conformidade com as especificações da contratação, e se dará por meio de:

3.17.3.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.17.3.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos à serviço de rastreamento e monitoramento veicular.

3.17.3.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.17.3.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.17.3.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.17.4. Habilitação econômico-financeira

3.17.4.1. Justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor da presente contratação está abaixo de R\$ 15.681,39 (quinze mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), o que representa 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou seja, abaixo de 1/4 do valor disposto no art. 75, II, da mesma Lei.

3.17.4.2. Essa decisão está em consonância com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, garantindo que não sejam estabelecidas exigências desproporcionais à natureza e ao valor da contratação.

3.17.4.3. Ainda assim, a segurança da execução contratual será preservada por meio de outros requisitos estabelecidos neste estudo, assegurando a adequada prestação dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento veicular, com tecnologia baseada em geolocalização (GPS/GPRS), visando assegurar o controle em tempo real da frota oficial da Casa Legislativa.

4.2. O serviço deverá compreender a disponibilização dos dispositivos rastreadores em comodato, sua instalação nos veículos oficiais, bem como o acesso a uma plataforma digital de gerenciamento e acompanhamento remoto, com funcionalidades como: visualização de rotas percorridas, localização em tempo real, controle de velocidade, identificação de condutores, alertas automáticos (por velocidade, ignição, localização, entrada e saída de perímetros, entre outros) e geração de relatórios gerenciais.

4.3. Além disso, o sistema deverá integrar módulos de controle de abastecimento e consumo de combustível, além de funcionalidades voltadas à gestão de manutenção da frota, permitindo o registro de manutenções preventivas e corretivas, emissão de alertas de revisões vencidas e a vencer, e histórico completo de intervenções por veículo.

4.4. A solução deve incluir ainda assistência técnica permanente, treinamento inicial aos servidores responsáveis pela operação do sistema, suporte técnico remoto e presencial, e garantia integral sobre os equipamentos e funcionalidades durante toda a vigência contratual.

4.5. A presente contratação visa modernizar e qualificar a gestão da frota institucional, promovendo maior eficiência administrativa, transparência, economia de recursos públicos e segurança operacional, com foco no cumprimento dos princípios da administração pública, especialmente legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br



5. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALORES

5.1. Das quantidades

5.1.1. A atual frota da Casa Legislativa é composta por dois veículos: um Toyota Corolla GLI, ano/modelo 2022/2023, e um Renault Fluence Dynamique, ano/modelo 2015/2016.

5.1.2. Encontra-se em trâmite processo licitatório para aquisição de um novo veículo, da categoria SUV de médio porte, ano/modelo 2024/2025 ou 2025/2025, que passará a integrar a frota oficial.

5.1.3. Dessa forma, para fins de estimativa de quantitativo da contratação, será considerada uma frota composta por até três veículos. No entanto, a contratação inicial abrangerá apenas dois veículos, compatível com a composição atual da frota.

5.1.4. Ressalta-se, ainda, que poderá haver eventual alteração na composição da frota da Casa Legislativa, inclusive com a possível retirada de um dos veículos atualmente vinculados. Nesse caso, a contratante pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados, não sendo devida à contratada qualquer indenização ou compensação em razão da redução da frota.

5.1.5. Sendo assim, a quantidade de veículo a ser considerada será a seguinte.

Marca/Modelo	Ano/Modelo	Qnt.
Toyota Corolla GLI 2.0	2022/2023	1
Renault Fluence Dynamique 2.0	2015/2016	1
SUV médio porte	2024/2025 ou 2025/2025	1 em licitação

5.2. Dos valores

5.2.1. Os valores foram colhidos de acordo ao art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, junto a contratações de outros entes públicos.

5.2.2. O valor relativo à mensalidade será considerado com base na quantidade de três veículos, conforme tabela abaixo.

Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unitário mensal	Total estimado por mês
1	Veículo.	3	Mensalidade relativa à contratação de serviços de rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real de veículos da frota da Câmara Municipal de Pato Branco/PR, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, 2G, 3G e 4G, incluindo o fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal para operar o sistema, licença e manutenção de sistema (softwares) e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato.	R\$ 76,68	R\$ 230,04

5.2.3. O valor total estimado da contratação será de acordo à tabela abaixo.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unitário	Total por item
1	Mês	12	Mensalidade relativa à contratação de serviços de rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real de veículos da frota da Câmara Municipal de Pato Branco/PR, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, 2G, 3G e 4G, incluindo o fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal para operar o sistema, licença e manutenção de sistema (softwares) e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato.	R\$ 230,04	R\$ 2.760,48
2	Svç	3	Taxa de adesão/instalação em parcela única por veículo	R\$ 155,60	R\$ 466,80
Total global estimado					R\$ 3.227,28

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Considerando a natureza e a complexidade técnica do serviço de rastreamento e monitoramento veicular, verifica-se que a execução da solução pretendida não pode ser realizada diretamente pela Administração, sendo necessária a contratação de empresa especializada que disponha de estrutura técnica, know-how, equipamentos homologados e plataforma própria para o fornecimento, instalação, operação e suporte do sistema.

6.2. Trata-se de solução que exige o fornecimento de equipamentos em comodato, bem como a disponibilização de sistema de rastreamento em tempo real, acesso a relatórios gerenciais, atendimento técnico contínuo e funcionalidades integradas de controle de frota, as quais pressupõem conhecimento técnico específico, equipe capacitada e infraestrutura tecnológica compatível.

6.3. Dessa forma, visando garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na prestação do serviço, foi definida como solução mais adequada a contratação de empresa do setor privado com comprovada experiência e especialização no objeto, mediante processo licitatório.

6.4. Para embasar a definição dos requisitos técnicos mínimos da contratação, foi realizada pesquisa em contratações públicas similares, além da análise de termos de referência e editais publicados por outros órgãos da Administração Pública.

6.5. Essa pesquisa permitiu identificar os principais itens, exigências técnicas e funcionalidades comumente adotadas em contratações semelhantes, os quais foram utilizados como referência na modelagem da presente demanda, garantindo aderência às práticas vigentes no setor público, respeito aos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da economicidade, além da mitigação de riscos de execução contratual.

7. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO, DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. No presente caso, a contratação está estruturada em dois itens:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





7.1.1. Mensalidade do serviço de rastreamento e monitoramento veicular, por dispositivo instalado.

7.1.2. Taxa de instalação/adesão dos equipamentos, necessária para a ativação e início da prestação do serviço.

7.2. Embora distintos em sua natureza, os dois itens são tecnicamente interdependentes e inseparáveis para fins de execução contratual, pois o serviço de rastreamento só poderá ser iniciado após a instalação dos equipamentos específicos fornecidos pelo próprio prestador, a infraestrutura, o software, o suporte técnico e a base de dados da empresa fornecedora são específicos e integrados à sua tecnologia, sendo inviável a contratação de um fornecedor para instalação e outro para a prestação mensal do serviço, e o parcelamento poderia gerar riscos de incompatibilidade técnica, ausência de interoperabilidade, prejuízo à funcionalidade do sistema e aumento de custos operacionais.

7.3. Portanto, diante da inegável conexão técnica entre os itens, o parcelamento não se mostra viável, sob pena de comprometer a efetividade e a funcionalidade da solução pretendida, razão pela qual justifica-se a manutenção da contratação com itens agrupados.

7.4. Embora o objeto da presente contratação possa ser classificado como serviço comum, o que viabilizaria a adoção da modalidade pregão eletrônico, conforme previsão legal, opta-se, neste caso, pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Tal decisão fundamenta-se no fato de que o valor total estimado da contratação é de R\$ 3.227,28, o que representa apenas 5,14% do limite legal vigente para dispensa de licitação, atualmente fixado em R\$ 62.725,59 para contratação de serviços em geral

7.6. Além disso, observa-se que o objeto possui natureza contínua, com previsão de possível prorrogação, entretanto, o baixo valor inicial não compromete o limite legal ao longo da vigência contratual.

7.7. Assim, considerando os princípios da celeridade, economicidade, eficiência e proporcionalidade, e em atenção ao disposto no art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021, a contratação será formalizada por meio de procedimento de dispensa eletrônica, com ampla publicidade e possibilidade de competição, em consonância com as boas práticas administrativas, primando pela competitividade.

7.8. Tal medida permite atender com rapidez e segurança jurídica a necessidade da Administração, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo aos princípios que regem as contratações públicas.

7.9. Quanto ao critério de julgamento, a melhor adequação ao objeto é a escolha pelo menor preço, garantindo economicidade e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa, desde que atendidos os demais requisitos da contratação.

8. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. A contratação do serviço de rastreamento e monitoramento veicular visa atender a uma necessidade institucional de aprimoramento da gestão da frota oficial da Casa Legislativa, promovendo maior controle, eficiência e segurança na utilização dos veículos públicos.

8.2. Com a implantação da solução, espera-se alcançar os seguintes resultados:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

8.2.1. Aprimoramento do controle operacional da frota, por meio da localização em tempo real, histórico de rotas, alertas de velocidade e uso indevido dos veículos.

8.2.2. Redução de despesas com combustível e manutenção, por meio da racionalização do uso da frota, do controle de abastecimentos e do monitoramento preventivo de manutenções.

8.2.3. Aumento da transparência e da responsabilidade no uso dos veículos oficiais, com a identificação dos condutores e registro detalhado das atividades realizadas.

8.2.4. Melhoria na tomada de decisão gerencial, com base em relatórios analíticos sobre utilização, desempenho, custos operacionais e indicadores de eficiência.

8.2.5. Reforço à segurança institucional, com possibilidade de bloqueio remoto de veículos, acionamento de assistência em caso de emergência e rastreamento em situações de risco (como furtos ou acidentes).

8.2.6. Melhoria da prestação do serviço público, ao assegurar que os recursos logísticos estejam disponíveis, sob controle e operando com maior eficiência e segurança.

8.3. Com isso, pretende-se garantir o uso racional do patrimônio público, reduzir riscos institucionais, promover uma atuação mais estratégica e sustentável na gestão da mobilidade da Casa Legislativa e proporcionar mais segurança aos usuários da frota.

9. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Não se fazem necessárias providências prévias à assinatura do contrato, uma vez que o corpo de servidores da Casa relacionados à execução contratual encontra-se devidamente capacitado e capaz para conduzir a execução do mesmo.

10. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. No âmbito da presente contratação de serviço de rastreamento e monitoramento veicular, identificam-se as seguintes contratações como correlatas ou interdependentes, por estarem diretamente relacionadas à gestão da frota veicular da Casa Legislativa e dependerem, em maior ou menor grau, da integração ou do compartilhamento de informações operacionais:

10.1.1. Serviço de manutenção da frota veicular.

10.1.2. Serviço de abastecimento de frota.

10.1.3. Serviço de seguro veicular.

10.2. As contratações acima indicadas estão, em sua maioria, cobertas por contratos vigentes ou serão licitadas oportunamente, conforme o planejamento anual de contratações da Casa Legislativa.

10.3. A coordenação entre essas contratações é fundamental para assegurar a efetividade da solução ora pretendida e a otimização dos recursos públicos.

11. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEL IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Verifica-se que o principal impacto ambiental relacionado à presente solução e o relacionado ao correto destino relativo aos equipamentos utilizados pela contratada, especialmente



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





no tocante às baterias e pilhas, pelo que é de responsabilidade da contratada o correto descarte desses itens, de acordo às normas e legislação vigente.

12. DA ANÁLISE DE RISCOS

12.1. Para a presente solução, identificam-se os seguintes potenciais riscos.

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medidas Mitigadoras
Falha na transmissão de dados (GPRS/GSM)	Interrupção do monitoramento em tempo real, perda de controle da frota	Exigir sistema com cobertura nacional
Equipamentos com falha de funcionamento	Veículos sem rastreamento ativo, prejuízo à segurança e controle	Garantia total durante o contrato, cláusula de substituição em até 24h, manutenção corretiva e preventiva previstas
Não compatibilidade técnica com veículos da frota	Impossibilidade de instalação dos dispositivos em alguns veículos	Exigir visita técnica prévia e testes de instalação
Inadequação ou baixa qualidade dos relatórios	Dificuldade de tomada de decisão e auditoria da frota	Exigir relatórios personalizáveis e com filtros de análise
Descarte inadequado dos equipamentos ao final do contrato	Impacto ambiental negativo e descumprimento da legislação ambiental	Exigir cláusula de logística reversa
Falta de capacidade técnica da empresa contratada	Inexecução ou execução inadequada dos serviços, prejuízo à qualidade da solução	Exigir atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

13. DOS ITENS DESTE ESTUDO PRELIMINAR

13.1. Com base nos itens arrolados neste estudo preliminar, é possível aferir as principais características da presente contratação, pelo que se justifica a não contemplação de todos os incisos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no disposto no § 2º do mesmo artigo da Lei, bem como no disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº 9.604/2023.

14. DA CONCLUSÃO

14.1. Diante da necessidade institucional de garantir a gestão eficiente, segura e transparente da frota oficial da Casa Legislativa, da análise técnica da solução mais adequada ao atendimento dessa demanda, do levantamento de mercado realizado e da avaliação de riscos e impactos ambientais, conclui-se pela viabilidade da contratação dos serviços de rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato.

14.2. A solução proposta apresenta aderência ao interesse público, proporciona ganhos de eficiência operacional, permite o controle em tempo real dos veículos, promove economia com abastecimento e manutenção, e contribui para o fortalecimento da transparência e da segurança institucional.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





14.3. Considerando o valor estimado da contratação, que representa apenas 5,14% do limite legal para dispensa de licitação, e a natureza contínua do serviço, opta-se pela realização de procedimento de contratação direta por dispensa eletrônica de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando celeridade, legalidade e economicidade à atuação administrativa.

14.4. Dessa forma, encontram-se atendidos os requisitos legais e técnicos necessários à formalização da contratação pretendida, restando demonstrada sua viabilidade, oportunidade e vantajosidade para a Administração Pública.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br

